

A crise em Moçambique: Portugal poderá desempenhar com êxito o papel de mediador?

Paulo Gorjão

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

Num anterior *Comentário*, em Outubro de 2015, destaquei que, perante o agravar da crise interna em Moçambique, o bom senso apontava “no sentido de se dar primazia à via negocial”. Nessa medida, salientei a necessidade de se recorrer a “um mediador externo”—que nunca poderia ser o desastrado secretário-executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)—no sentido de se “sentar as duas partes à mesa”.¹

Na altura nem foi feita referência nesse *Comentário* a um eventual papel de mediador de Portugal, uma vez que era evidente que não existiam nem vontade nem condições para desempenhar essa função. Sete meses depois, “período em que nenhuma das questões pendentes foi solucionada e em que aos problemas existentes se somaram outros”,² será que tudo continua na mesma?

Certamente que não. A mudança de intervenientes políticos—Aníbal Cavaco Silva por Marcelo Rebelo de Sousa na Presidência da República, Pedro Passos Coelho por António Costa em S. Bento e Rui Machete por Augusto Santos Silva nas Necessidades—alterou as circunstâncias. A entrada em cena de Marcelo Rebelo de Sousa, em particular, veio mudar os dados da equação. Ao contrário do seu antecessor, o novo Presidente tem a vontade clara de desempenhar esse papel.

A vontade existe...

Os sinais políticos que se vão repetindo e que não se conseguem esconder, aliás, tornam indesmentível que—por razões pessoais e políticas—existe esse desejo, em moldes a definir, de desempenhar o papel de mediador. Nessa medida, não é para ler num sentido literal quando uma fonte diplomática portuguesa afirmava esta semana que o Presidente não vai a Moçambique para “mediações” e que “não são os estrangeiros que têm de

1 Paulo Gorjão, “Moçambique: um futuro incerto” (*IPRIS Comentário*, No. 33, 2 de Outubro de 2015).

2 Paulo Gorjão, “Moçambique: um país à beira do precipício” (*IPRIS Comentário*, No. 48, 29 de Abril de 2016).

encontrar soluções”.³ No mínimo dos mínimos, Marcelo Rebelo de Sousa está a sentir o pulso e a auscultar as partes no terreno—o programa da visita de Estado inclui quatro intervalos designados “períodos privados”, onde podem ter lugar conversações políticas e diplomáticas⁴—para perceber até onde pode ir.

Se assim não fosse os contactos do Presidente com diversos interlocutores não se teriam multiplicado nas últimas semanas: a) com o Presidente moçambicano Filipe Nyusi, que esteve presente na sua tomada de posse a 9 de Março; b) com a Comunidade de Santo Egídio a 16 de Março, aquando da sua primeira deslocação ao Vaticano e do seu encontro com o Papa Francisco; e, c) de novo, em Roma, numa deslocação expressamente para se encontrar, uma vez mais, com representantes da Comunidade de Santo Egídio, a 2 de Maio. Aliás, o padre Angelo Romano, da Comunidade de Santo Egídio, não escondeu o jogo e deixou bem claro que o encontro com o Presidente português teria como objectivo a procura de “um caminho para o diálogo” entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO).⁵

Se o diálogo será possível, nesta altura, é a grande questão. Assim sendo, precisamente por uma questão de discrição e de precaução, não é ainda a altura para assumir formalmente o envolvimento da Presidência da República na mediação da grave crise moçambicana. Daí, como é óbvio, a cautela e as respostas evasivas do Presidente da República. Confrontado com a pergunta se poderia assumir um papel de mediador, Marcelo Rebelo de Sousa respondeu, não respondendo, que “todos os portugueses em todas as

circunstâncias, como todos os amigos dos nossos amigos, estão sempre permanentemente disponíveis para ajudar”.⁶

...mas terá condições?

A pergunta que vale um milhão de euros não é se Marcelo Rebelo de Sousa, em nome de Portugal, quer desempenhar o papel de mediador. A questão é outra: terá o Presidente da República condições para o fazer?

Não é de todo claro que essas condições estejam reunidas nesta altura e, nessa medida, receio que a crise de Moçambique tenha de se agravar mais ainda antes de se dar início a um diálogo frutífero e consequente.

Naturalmente, Marcelo Rebelo de Sousa tem informação que mais ninguém tem neste momento, porventura nem o próprio ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva. Nessa medida, só o Presidente da República—que tem como assessor diplomático José Augusto Duarte,⁷ a pessoa que em Portugal melhor conhece, nesta altura, os actores políticos moçambicanos e mais pontes tem em Moçambique—sabe o terreno que está a pisar e que tem à sua frente.

A avaliação do Presidente, no entanto, parece coincidir com o pessimismo que aqui se expressa. É assim que interpreto a sua cautela, bem como a sua teoria dos pequenos passos: “tenho há muito tempo a teoria de que as grandes transformações se fazem por pequenos passos. Não por grandes proclamações, mas por pequenos gestos”.⁸ Marcelo Rebelo de Sousa, por outras palavras, parece ter consciência de que não estão ainda reunidas as condições para um processo de

3 Leonete Botelho, “A paz depende apenas dos moçambicanos, diz fonte diplomática portuguesa” (*Público online*, 1 de Maio de 2016).

4 “Marcelo viaja para Maputo após novo encontro com Comunidade de Santo Egídio” (*Lusa*, 2 de Maio de 2016).

5 “Comunidade de Santo Egídio deu informação sobre Moçambique a Marcelo” (*Lusa via Rádio Renascença*, 2 de Maio de 2016).

6 Filipe Santos Costa, “Marcelo cauteloso sobre hipótese de mediar conflito moçambicano” (*Expresso online*, 3 de Maio de 2016).

7 José Augusto Duarte, no passado mais recente, foi director de Serviços da África Subsaariana da Direcção-Geral de Política Externa, entre 2009 e 2011, director do Departamento Geral de Administração entre 2011 e 2013, e embaixador em Maputo a partir de 2013.

8 Filipe Santos Costa, “Marcelo cauteloso sobre hipótese de mediar conflito moçambicano” (*Expresso online*, 3 de Maio de 2016).

mediação que permita uma solução global. Na melhor das hipóteses, estaremos na antecâmara de um processo de mediação que promete vir a ser longo e que pode vir a sofrer avanços e frustrantes recuos.

Conclusão

Além de auscultar na primeira pessoa os actores políticos envolvidos e de perceber quais serão as linhas vermelhas da FRELIMO e da RENAMO, a primeira preocupação do Presidente da República parece ir no sentido de se criar uma dinâmica negocial que desbloqueie o impasse e que permita reconstruir a confiança entre as duas partes. A lógica implícita a esta estratégia é que, uma vez iniciadas as negociações, as partes tenderão a querer evitar os crescentes custos da ruptura. Assim, à medida que a confiança se vai instalando, a mediação

evoluirá de questões simbólicas e mais fáceis para os dossiers substantivos e mais difíceis. Tudo bem no papel, mas funcionará na prática?

Não é claro, de todo, que venha a funcionar, sobretudo na fase mais adiantada, porque não se percebe que bastão e que cenouras Portugal terá para desbloquear o *core* do conflito de interesses.

Moçambique vive uma crise muito grave, mas que não parece ser ainda suficientemente grave para convencer a FRELIMO e a RENAMO a aceitar cedências que, inevitavelmente, terão custos políticos.

Marcelo Rebelo de Sousa gostaria, por razões pessoais e políticas, de marcar o seu mandato presidencial com um êxito diplomático de primeiro plano. Tentar não custa, certamente. A estrada à frente, no entanto, promete tudo menos a entrada no paraíso.

IPRIS

Comentário

49

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança
(IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.
As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente as opiniões do IPRIS.